

## **Dinâmicas criminais e particularidades do policiamento em áreas rurais: evidências para a gestão de segurança pública na Polícia Militar do Pará**

Crime dynamics and peculiarities of rural policing: evidence for public safety management in the Military Police of Pará

Luís Tiago Viana Fonseca<sup>1</sup>

Emerson Roberto Silva dos Santos<sup>2</sup>

Odailso Campos Munhoz<sup>3</sup>

José Adelson Pimentel Pantoja<sup>4</sup>

### **Resumo**

O policiamento rural na Amazônia apresenta especificidades territoriais, operacionais e institucionais que impõem desafios singulares à segurança pública. Este estudo analisa as particularidades do policiamento rural no estado do Pará, articulando evidências empíricas de dados criminais com a literatura científica recente. Adota-se abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa de registros de ocorrências em áreas rurais no ano de 2025 e revisão integrativa da literatura publicada entre 2020 e 2025. Os resultados evidenciam a predominância de crimes contra o patrimônio, especialmente o furto, bem como a presença relevante de violência interpessoal associada a conflitos fundiários e vulnerabilidades socioeconômicas. A análise, fundamentada na criminologia ambiental, demonstra que fatores como isolamento geográfico, baixa densidade de vigilância e limitações institucionais favorecem a convergência de oportunidades criminosas. Conclui-se que o fortalecimento do policiamento rural na Amazônia requer estratégias integradas baseadas em geotecnologias, policiamento comunitário, especialização institucional e cooperação interagências, a fim de ampliar a eficiência operacional e a legitimidade da atuação estatal.

<sup>1</sup>3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Bacharel em Ciências Contábeis e Especialista em Docência do Ensino Superior – Santarém – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2671-6289>

<sup>2</sup>3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Tecnólogo em Segurança Pública e Especialista em Segurança Pública – Santarém – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9171-2546>

<sup>3</sup>3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Licenciado em História e Especialista em Segurança Pública – Santarém – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8230-3789>

<sup>4</sup>3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Bacharel em Medicina Veterinária e Especialista em Desenvolvimento Rural – Santarém – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2490-1630>

**Palavras-Chave:** Policiamento rural; Amazônia; segurança pública; criminologia ambiental; padrões criminais; Polícia Militar do Pará.

## **Abstract**

Rural policing in the Amazon presents territorial, operational, and institutional specificities that impose unique challenges on public security. This study analyzes the particularities of rural policing in the state of Pará by combining empirical evidence from crime data with recent scientific literature. A mixed-methods approach was adopted, integrating quantitative analysis of rural crime records from 2025 and an integrative literature review covering publications from 2020 to 2025. The findings reveal a predominance of property crimes, particularly theft, alongside significant levels of interpersonal violence associated with land conflicts and socioeconomic vulnerabilities. Grounded in environmental criminology, the analysis demonstrates that factors such as geographic isolation, low guardianship density, and institutional limitations contribute to the convergence of criminal opportunities. The study concludes that strengthening rural policing in the Amazon requires integrated strategies based on geotechnologies, community policing, institutional specialization, and interagency cooperation to enhance operational efficiency and institutional legitimacy.

**Keywords:** Rural policing; Amazon; public security; environmental criminology; crime patterns; Military Police of Pará.

## **1 Introdução**

A segurança pública em áreas rurais brasileiras apresenta desafios específicos, distintos daqueles observados nos centros urbanos, sobretudo em razão da dispersão populacional, da vulnerabilidade das propriedades e das particularidades relacionadas ao acesso e à disponibilidade de recursos, que impactam a atuação institucional (POGERE; OLIVEIRA; PANSSONATTO, 2026).

O espaço rural geralmente caracteriza-se por baixa densidade demográfica, restrições de infraestrutura e particularidades socioculturais, fatores que o tornam mais suscetível a dinâmicas criminais, frequentemente associadas a desafios estruturais na prestação de serviços públicos de segurança (PEREIRA, 2024). Paralelamente, observa-se que as propriedades rurais vêm assumindo configurações cada vez mais complexas, aproximando-se de estruturas empresariais, com significativa concentração de bens, equipamentos e recursos tecnológicos, o que amplia sua atratividade para práticas delituosas (COSTA, 2016).

No estado do Pará, esse cenário adquire maior relevância, considerando o protagonismo do setor agropecuário na economia regional que vem se destacando a cada ano (FAPESPA,

2024). Essa ascensão produtiva, no entanto, intensifica a disputa pela posse e uso do solo, uma vez que a valorização das terras atrai interesses conflitantes sobre áreas protegidas e territórios tradicionais (BARBOSA; MOREIRA, 2017). Dessa forma, esse dinamismo econômico também convive com elevados índices de conflitos fundiários na Amazônia Legal, associados à grilagem de terras, à expansão da fronteira agropecuária e à atividade garimpeira ilegal, resultando em episódios recorrentes de violência no campo (CARVALHO *et al.*, 2026).

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de formulação e implementação de estratégias de segurança pública especificamente direcionadas ao meio rural, capazes de reduzir as assimetrias históricas em relação aos espaços urbanos e ampliar a efetividade das políticas públicas voltadas ao campo (PEREIRA, 2024). Nesse contexto, o policiamento rural configura-se como uma resposta estratégica das instituições policiais em áreas não urbanizadas, estruturando-se por meio de ações preventivas e repressivas orientadas à garantia da ordem pública e à proteção de territórios marcados por baixa densidade institucional (COSTA, 2016).

Considerando as especificidades do contexto amazônico, marcado por extensões territoriais amplas, isolamento geográfico e dinâmicas criminais complexas, emerge a seguinte problemática de pesquisa: Tendo em vista as particularidades do policiamento rural na Amazônia e a atuação operacional da Polícia Militar do Pará, quais estratégias podem ser adotadas para o seu aprimoramento?

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as particularidades do policiamento rural na Amazônia, articulando evidências da literatura científica com a análise empírica dos padrões criminais em áreas rurais do estado do Pará, a fim de identificar implicações operacionais da segurança pública. Busca-se, assim, identificar evidências que subsidiem o aperfeiçoamento das práticas operacionais especializadas no âmbito da Polícia Militar do Pará, contribuindo para a construção de respostas mais eficientes e adaptadas às especificidades regionais.

Nessa perspectiva, a pesquisa apresenta contribuições diretas à missão constitucional da Polícia Militar do Pará, especialmente no que se refere à preservação da ordem pública e à execução do policiamento ostensivo em áreas rurais, ao propor reflexões e encaminhamentos que fortalecem a atuação operacional e o planejamento estratégico da corporação.

## **2 Fundamentação Teórica**

A criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social (SUMARIVA, 2023). Nessa linha, assume-se como marco fundamental o pensamento criminológico de matiz empírico, que se distancia de abstrações

meramente filosóficas para focar na observação rigorosa da realidade social (VIANA, 2018). Ainda de acordo com Viana (2018) a criminologia deve consolidar-se como uma ciência prática, baseada na observação dos fatos, com o fim último de ajudar a sociedade a controlar o crime de forma inteligente.

De forma convergente, Cerqueira e Lobão (2004) afirmam que as teorias criminológicas funcionam como guias para o gestor público revelando a correlação entre fatores de risco e a criminalidade em regiões específicas, possibilitando a seleção de estratégias de controle mais assertivas e adaptadas à realidade local. Sob essa ótica o arcabouço teórico criminológico contitui-se como um instrumento crucial para entendermos as causas da criminalidade e a reação social.

Nesse contexto, a transição do pensamento criminológico para a prática operacional exige a compreensão de que o fenômeno delitivo não ocorre no vácuo, mas é influenciado diretamente pela configuração do ambiente e pelo comportamento dos atores sociais. Assim, as seções subsequentes exploram as bases da Criminologia Ambiental, que se dedica a analisar como o espaço físico e as dinâmicas cotidianas moldam as oportunidades para a prática de infrações.

Tais abordagens são fundamentais para o policiamento especializado em áreas peculiares, onde a geografia e a baixa densidade demográfica impõem desafios distintos dos centros urbanos. Ao compreender os mecanismos de oportunidade e as rotas de deslocamento dos infratores, o gestor de segurança pública pode adotar um modelo de antecipação e presença estratégica, entendendo o que é necessário para romper a dinâmica criminal em territórios complexos.

## **2.1 Teoria da Atividade Rotineira**

A Teoria das Atividades Rotineiras (*Routine Activity Theory*), formulada por Cohen e Felson em 1979, constitui um dos pilares teóricos mais influentes na criminologia contemporânea para a compreensão da ocorrência criminal. A teoria propõe que um crime só se concretiza quando três elementos convergem simultaneamente no tempo e no espaço: um ofensor motivado, um alvo adequado e a ausência de um guardião capaz (CHAMARD, 2007). Ainda de acordo com Chamard (2007), essa abordagem, embora focalize o evento criminoso individual, é considerada uma teoria de nível macro, pois examina como mudanças sociais alteram as rotinas diárias da população, criando ou eliminando oportunidades para o crime.

No contexto do policiamento de área, esta teoria oferece uma perspectiva investigativa para entender não apenas onde e quando os crimes ocorrem, mas também como as estratégias policiais podem ser otimizadas para preveni-los. O elemento central para a aplicação no policiamento é o conceito de "guardianship" ou "guardião capaz", que pode ser definido como

qualquer pessoa ou sistema cuja presença pode interromper, direta ou indiretamente, a interação entre um ofensor motivado e um alvo adequado (HOLLIS-PEEL *et al.*, 2011).

A polícia, nesse sentido, é o guardião formal e institucionalizado, salientando-se que sua eficácia não reside apenas em sua existência, mas na sua capacidade de estar presente nos lugares e momentos certos onde há uma alta probabilidade de convergência dos outros dois elementos do triângulo criminoso (HOLLIS; FELSON; WELSH, 2013). A aplicação prática desta análise leva à estratégia de policiamento orientada por dados e focada em "*hotspots*", ou pontos quentes de criminalidade permitindo que a polícia atue como o fator de dissuasão necessário para desarticular a oportunidade delitiva precisamente onde ela se manifesta com maior frequência (WEISBURD; MORRIS; GROFF, 2009).

A Teoria das Atividades Rotineiras explica essa concentração: certos ambientes físicos e sociais são mais propícios à convergência dos três elementos. Por exemplo, áreas com baixa ocupação residencial, iluminação deficiente, pouca vigilância natural (como a de comerciantes ou moradores) e fácil acesso/escape tornam-se alvos ideais para delitos como furtos residenciais (COUPE; BLAKE, 2006; PAULO *et al.*, 2024). O policiamento eficaz, portanto, deve mapear essas características ambientais e as rotinas populacionais para alocar recursos de forma inteligente.

Para além da presença física, a teoria sublinha a importância do policiamento comunitário na consolidação da segurança. O conceito de “guardião capaz” não se restringe à figura policial (controle formal), podendo manifestar-se por meio do controle social ou natural (informal), potencializando essa vigilância ao estabelecer parcerias com a coletividade, estimulando os cidadãos a atuarem como agentes ativos na monitoração e preservação de seus próprios territórios (FILHO; FROTA, 2023). Os autores afirmam ainda que quando os moradores se sentem responsáveis e conectados ao seu espaço, eles aumentam a vigilância informal, elevando o risco percebido pelo ofensor e, conseqüentemente, desencorajando a atividade criminosa.

A evolução do conceito de “guardião capaz” também revela nuances importantes para a prática policial. A literatura distingue entre diferentes tipos de guardiões: aqueles que monitoram passivamente, aqueles que estão prontos para intervir e aqueles que têm a habilidade e a vontade de fazê-lo (HOLLIS; FELSON; WELSH, 2013). Um policial em patrulha ostensiva representa um guardião ativo e capaz, cuja mera presença visível pode ter um efeito dissuasório significativo. Por outro lado, sistemas de segurança eletrônica, como câmeras de vigilância, atuam como guardiões indiretos, aumentando a probabilidade de identificação e punição pós-evento.

A teoria sugere que a combinação de múltiplas camadas quais sejam: formal (polícia), social (comunidade) e tecnológica (alarmes, câmeras), cria um ambiente mais eficaz na

prevenção do crime do que qualquer camada isolada (SAMPSON; ECK; DUNHAM, 2010). No entanto, a ausência dessa coesão social e existência de fatores ambientais precarizados (como terrenos baldios e iluminação pública deficiente) pode minar até mesmo os esforços de policiamento formal.

Dessa forma, a Teoria das Atividades Rotineiras revela-se um instrumento essencial para compreender o patrulhamento rural, uma vez que a imensidão territorial e o isolamento das propriedades rurais frequentemente exigem que a presença policial seja milimetricamente planejada para suprir a lacuna de vigilância e proteger alvos que, pela distância, tornam-se altamente vulneráveis.

## **2.2 Teoria do Padrão Criminal**

A Teoria do Padrão Criminal (*Crime Pattern Theory*) constitui um dos pilares fundamentais da criminologia ambiental, oferecendo uma explicação empiricamente validada sobre como e por que os crimes se distribuem de forma não aleatória no espaço e no tempo. Desenvolvida principalmente por Paul e Patricia Brantingham, a teoria postula que as decisões dos ofensores são influenciadas por suas rotinas diárias e pelo conhecimento espacial que adquirem.

Em vez de operarem de forma assistemática ou reativa, os criminosos operam dentro de um "espaço de consciência" (*awareness space*), que é o mapa mental formado pelas áreas que frequentam regularmente, como seus lares, locais de trabalho, trajetos habituais e zonas de lazer (MENTING *et al.*, 2016). É neste espaço que eles identificam oportunidades criminais, pois possuem familiaridade com o ambiente, sabem onde encontrar alvos potenciais e entendem os níveis de vigilância natural ou formal presentes.

A aplicação prática desta teoria para o policiamento está na compreensão de que crimes tendem a se concentrar em locais que funcionam como geradores ou atratores de crime. Geradores de crime são locais cuja função principal (como bares, estações de transporte ou centros comerciais) atrai uma grande quantidade de pessoas, criando inadvertidamente oportunidades para delitos. Atratores de crime, por outro lado, são locais que deliberadamente atraem ofensores devido à presença de alvos desejáveis (ECK; WEISBURD, 2015).

Além disso, a Teoria do Padrão Criminal ajuda a explicar fenômenos como a repetição de crimes (*repeat victimization*) e a tendência dos ofensores a cometer crimes perto de suas residências atuais ou anteriores, ou mesmo nas áreas onde vivem membros de sua família (BERNASCO; KOOISTRA, 2010; MENTING *et al.*, 2016). Sob essa perspectiva, a teoria

integra-se à das Atividades Rotineiras ao evidenciar que o policiamento estratégico deve visar à interrupção da convergência entre agressores e alvos nesses espaços familiares.

Assim, a presença policial deliberada em determinados pontos eleva o risco percebido pelo infrator, atuando como um mecanismo de dissuasão eficaz. No entanto, a aplicação prática dessas teorias enfrenta desafios éticos e operacionais consideráveis. De acordo com Saxena, Sinha e Saxena (2025) o policiamento preditivo baseado em padrões históricos de crime pode perpetuar vieses existentes nos dados, levando a um super-patrolhamento em comunidades já marginalizadas, o que gera preocupações legítimas sobre justiça social e liberdades civis.

Portanto, a compreensão dos padrões criminais e dos fluxos de movimento dos ofensores é vital, pois permite que a força pública identifique as rotas de fuga e os pontos de convergência em regiões de difícil acesso. Essa lógica de ocupação e inteligência territorial é o que fundamenta a doutrina operacional e as estratégias de policiamento especializado adotadas pela Polícia Militar do Pará frente às peculiaridades do cenário amazônico.

### **3 Metodologia**

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de natureza aplicada e caráter analítico. A investigação foi desenvolvida em duas etapas complementares: (i) análise de dados secundários de criminalidade em áreas rurais do estado do Pará no ano de 2025 e (ii) revisão integrativa da literatura sobre policiamento rural com enfoque na região amazônica.

#### **3.1 Análise de dados secundários**

Na primeira etapa, realizou-se análise de dados secundários de criminalidade, extraídos do site de Consulta de Dados Estatísticos Criminais (CODEC) da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA).

Foram considerados os registros de boletins de ocorrências policiais classificados como “área rural” referentes ao ano de 2025, organizados por tipologia criminal e por regiões de integração do estado do Pará conforme classificação do decreto nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022

(PARÁ, 2022). Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas, permitindo a identificação de padrões criminais e sua distribuição espacial.

Como limitações, destacam-se: (i) o uso de dados secundários, sujeitos a subnotificação e variações nos registros policiais; e (ii) a ausência de padronização por indicadores populacionais ou territoriais, o que limita comparações diretas entre regiões.

### **3.2 Revisão integrativa da literatura**

As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Google Scholar e Scopus utilizando descritores em português e inglês combinados por operadores booleanos, tais como: “policimento rural”, “segurança pública rural”, “polícia militar”, “rural policing”, “police training” e “public security”, de modo a abranger estudos relacionados às dinâmicas operacionais no âmbito do policiamento rural nacional.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos revisados por pares, publicados entre 2020 e 2025, que abordassem aspectos relacionados ao policiamento rural e seus desafios operacionais em territórios de baixa densidade demográfica ou de difícil acesso. Foram excluídos textos opinativos, documentos sem rigor científico, duplicidades e estudos que não apresentassem aderência temática ao objeto investigado.

O processo de seleção ocorreu em três fases: inicialmente, procedeu-se à identificação dos estudos nas bases consultadas; na sequência, realizou-se a triagem por meio da leitura de títulos e resumos; por fim, os textos potencialmente relevantes foram analisados na íntegra, resultando na definição do corpus analítico final.

Os dados foram organizados e analisados por meio de análise temática, permitindo a identificação de padrões recorrentes na literatura. A partir desse processo, foram estruturadas categorias analíticas relacionadas às dimensões territorial, operacional e institucional do policiamento rural, as quais subsidiaram a interpretação dos achados e a construção de inferências aplicadas à realidade da Polícia Militar do Pará.

Como limitação, destaca-se a dependência de estudos publicados, o que pode não refletir integralmente a realidade empírica do policiamento rural no Pará.

## **4 Resultados e Discussão**

### **4.1 Distribuição dos crimes registrados em área rural no ano de 2025 no estado do Pará**

De modo geral os dados das ocorrências em áreas rurais no Pará, registradas em boletins de ocorrências na Polícia Civil no ano de 2025, revelam um padrão criminal rural marcado pela predominância de crimes contra o patrimônio, coexistindo com níveis relevantes de violência

interpessoal. A análise evidencia um total de 4.391 ocorrências, distribuídas conforme a tipologia delitiva apresentada na Tabela 1.

**Tabela 1 – Distribuição dos crimes registrados em área rural por tipologia (frequência absoluta e relativa)**

Tipologia de crime	Frequência (n)	Frequência (%)
Furto	2804	63,86%
Lesão corporal	565	12,87%
Roubo	479	10,91%
Homicídio	234	5,33%
Estupro de vulnerável	205	4,67%
Tráfico de drogas	64	1,46%
Estupro	23	0,52%
Latrocínio	10	0,23%
Feminicídio	5	0,11%
Estupro de vulnerável com resultado morte	1	0,02%
Lesão corporal seguida de morte	1	0,02%
<b>Total</b>	<b>4391</b>	<b>100%</b>

Fonte: Adaptado da base de Dados Estatísticos Criminais (CODEC) da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará.

A partir dos dados apresentados, observa-se uma predominância expressiva dos crimes contra o patrimônio, especialmente o furto, que corresponde a 63,86% do total de ocorrências. A predominância deste tipo de delito não é um dado isolado, mas sim a manifestação empírica direta da convergência dos elementos fundamentais postulados por Cohen e Felson (1979).

O Observatório da Criminalidade no Campo identificou que um dos grandes atrativos para a prática de crimes no meio rural é o fato de as propriedades estarem em locais com segurança reduzida e afastadas dos grandes centros (CNA, 2018). O estudo abrange dados de 17 estados brasileiros e aponta que 82% dos crimes ocorridos em propriedades rurais são roubos e furtos, com mais da metade das ocorrências concentradas em propriedades de pecuária de corte e leite, sendo exatamente este o perfil produtivo predominante no Pará

Na sequência, destacam-se os crimes contra a pessoa, com ênfase para lesão corporal (12,87%) e homicídio (5,33%). De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) os dados do relatório de 2025 apontam que o número de assassinatos nos conflitos agrários dobrou em relação ao ano anterior, passando de 13 para 26 vítimas fatais, sendo 16 delas na região da Amazônia Legal. Ainda segundo o relatório, o Pará figura de forma destacada nesse cenário: a Região Norte concentrou mais de 50% das mortes violentas, com sete registros no Pará, o maior número entre todos os estados, empatado com Rondônia. O relatório também identifica os vetores explicativos

da violência interpessoal rural no qual aponta as disputas como o principal vetor de violência agrária, respondendo por 75% de todos os registros de conflito em 2025.

Os crimes de roubo (10,91%) apresentam uma incidência inferior ao furto, o que reforça a hipótese de que a criminalidade rural tende a ocorrer com menor emprego de violência direta, privilegiando situações de vulnerabilidade patrimonial. A predominância do furto sobre o roubo nas ocorrências rurais do Pará encontra explicação não apenas nas condições estruturais do ambiente, mas também na racionalidade situacional do ofensor.

A Teoria da Escolha Racional, formulada por Clarke e Cornish (1985), postula que o comportamento criminoso resulta de um cálculo deliberado de custo-benefício: o infrator avalia, ainda que de forma sumária, os riscos envolvidos, o esforço demandado e a recompensa esperada antes de agir. Nesse cálculo, a configuração espacial do meio rural, marcada pelo isolamento geográfico das propriedades, pela baixa densidade de guardiões capazes e pelo tempo de resposta policial elevado, reduz sensivelmente o risco percebido, tornando o furto a opção racionalmente preferível ao roubo, uma vez que permite a subtração do bem sem a necessidade de confronto direto com a vítima, o que aumentaria o risco de resistência, de testemunhos e de identificação posterior do infrator.

No que se refere aos crimes sexuais, o número de registros de estupro de vulnerável (4,67%) revela um cenário de elevada sensibilidade social, indicando possíveis fragilidades nos mecanismos de proteção de grupos vulneráveis em áreas rurais, onde o acesso a serviços de assistência e denúncia pode ser limitado. Estudos qualitativos realizados em municípios paraenses (Capanema e São João de Pirabas) demonstram que os profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) frequentemente identificam a violência sexual contra crianças como um fenômeno profundamente enraizado em dinâmicas familiares disfuncionais e em contextos de limitações na atuação institucional (LOPES, 2023).

Essa realidade é corroborada por pesquisas internacionais que destacam a cocorrência entre abuso sexual infantil e violência doméstica, sugerindo que a exposição a múltiplas formas de vitimização é uma norma, não uma exceção, em ambientes de alta vulnerabilidade (OLEJNÍKOVÁ *et al.*, 2025)

Por fim, de acordo com a análise dos dados, os crimes de maior gravidade letal, como latrocínio (0,23%), feminicídio (0,11%) e ocorrências com resultado morte associadas a outros delitos (0,02% cada), apresentam baixa incidência relativa, o que, à primeira vista, poderia sugerir menor relevância no conjunto da criminalidade analisada; contudo, essa interpretação deve ser feita com cautela. Isso porque, embora percentualmente reduzidos, tais eventos possuem elevado impacto social e simbólico, além de estarem sujeitos a importantes limitações de registro.

Esta análise ganha força quando observamos o estudo de Stochero e Pinto (2024), que aponta uma tendência crescente entre 2013 e 2020 de notificações de violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais no Pará, sugerindo não apenas a intensificação progressiva do fenômeno, mas também possíveis avanços na capacidade institucional de detecção e registro dos casos ao longo do tempo.

Ainda assim, conforme destacam Carneiro, Pessoa e Teixeira (2017), a subnotificação permanece como um desafio estrutural relevante, especialmente em áreas rurais, onde fatores como a distância dos serviços de saúde, o medo, a vergonha e a incompletude dos registros contribuem para a persistente invisibilização da violência.

#### **4.2 Distribuição dos crimes registrados em área rural por região de integração do estado do Pará no ano de 2025**

Em relação à distribuição dos crimes registrados em área rural por tipologia e região de integração do estado do Pará em 2025, observa-se a concentração de ocorrências em regiões com maior densidade populacional relativa e maior dinamismo econômico. A Região do Marajó destaca-se como o principal polo de registros, especialmente no que se refere ao crime de furto (n=408 ocorrências), além de apresentar os maiores quantitativos em lesão corporal (n=111) e estupro de vulnerável (n=46). Esse padrão sugere uma combinação de vulnerabilidades estruturais, como isolamento geográfico, limitações de acesso a serviços públicos e fragilidade das redes de controle social formal e informal.

A dimensão socioeconômica dessa vulnerabilidade é documentada de forma inequívoca. Conforme registrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2024), dados do IBGE colocam três municípios do Marajó entre os dez piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil, sendo que Melgaço, com pouco mais de 23 mil habitantes, detém o pior índice do país nesse recorte, seguido por Chaves e Bagre. Essa realidade de pobreza multidimensional constitui, à luz da teoria criminológica, um ambiente de motivação estrutural para a prática de crimes contra o patrimônio, especialmente o furto, modalidade que, como demonstrado nos dados da presente pesquisa, lidera as ocorrências na região.

**Tabela 2 – Distribuição dos crimes registrados em área rural por tipologia e região de integração do estado do Pará no ano de 2025 (frequência absoluta).**

Tipologia de crime	Região Araguaia	Região Baixo Amazonas	Região Carajas	Região Guajara	Região Guama	Região Lago Tucuruí	Região Marajó	Região Rio Caete	Região Rio Capim	Região Tapajós	Região Tocantins	Região Xingu
<b>Furto</b>	149	375	139	69	183	197	408	100	392	85	339	368
<b>Lesão corporal</b>	39	82	24	3	45	24	111	19	59	28	65	66
<b>Roubo</b>	9	17	36	110	47	21	21	24	72	5	94	23
<b>Homicídio</b>	25	28	27	1	11	9	13	10	31	12	15	52

<b>Estupro de vulneravel</b>	17	31	3	1	15	17	46	4	19	13	14	25
<b>Trafico de drogas</b>	6	5	3	1	6	5	6	7	14	5	6	0
<b>Estupro</b>	3	5	2	0	0	1	4	1	3	2	1	1
<b>Latrocínio</b>	1	1	3	0	0	2	0	0	1	0	2	0
<b>Feminicídio</b>	1	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1
<b>Estupro de vulneravel com resultado morte</b>	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Lesao corporal seguida de morte</b>	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Adaptado da base de Dados Estatísticos Criminais (CODEC) da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará.

A articulação entre isolamento geográfico e desafios do controle social formal é analisada com precisão pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2025), que registra que o Arquipélago do Marajó, com mais de 106 mil km<sup>2</sup> recortados por rios, furos e igarapés, reúne quase 7% da população paraense em contextos marcados por pobreza multidimensional, isolamento logístico e desafios na cobertura de políticas públicas básicas, fatores que criam um ambiente fértil para violações de direitos, sobretudo contra crianças e adolescentes, cuja proteção é prejudicada pela distância entre comunidades ribeirinhas e equipamentos especializados.

As Regiões do Rio Capim (n=392 furtos) e Tocantins (n=339 furtos) também apresentam elevada incidência de crimes patrimoniais, reforçando a tendência já identificada de predominância do furto no contexto rural. Tais regiões, caracterizadas por atividades agropecuárias e circulação de bens, podem oferecer maior oportunidade para a ocorrência desse tipo de delito, especialmente em cenários de baixa vigilância e grandes extensões territoriais (CNA, 2018).

Por outro lado, a Região do Baixo Amazonas (n=375 furtos) e a Região do Xingu (n=368 furtos) também registram números expressivos, indicando que a criminalidade patrimonial se distribui de forma relativamente ampla no estado, ainda que com intensidades distintas. No que concerne aos crimes com maior potencial de violência, a Região do Guajará apresenta um dado particularmente relevante: concentra o maior número de ocorrências de roubo (n=110), superando significativamente as demais regiões. Esse resultado sugere uma dinâmica criminal mais violenta ou organizada, possivelmente associada à maior urbanização dentro da área considerada rural ou à presença de rotas estratégicas de circulação.

Um achado crucial a respeito da análise na região do Guajará é o alto número de registros de ocorrências de roubos, o maior do estado. Este dado sugere uma dinâmica criminal

qualitativamente diferente. Enquanto o furto é predominantemente oportunista, o roubo envolve uma avaliação de risco mais complexa e frequentemente está associado a ganhos potenciais mais elevados.

A especificidade do Guajará pode ser entendida ao observamos com atenção esta região de integração, localizada na região nordeste do estado do Pará, que é composta por seis municípios: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e, Santa Bárbara do Pará, constituindo o núcleo mais populoso do estado (PARÁ, 2022). Podemos considerar esta região como um “núcleo operacional” criminoso, possivelmente vinculado à presença de eixos logísticos estratégicos de rodovias (BR316 e PA-391) de grande movimentação. Isso implica que o policiamento rural não pode ser homogêneo; ele deve ser adaptado às especificidades territoriais, com um foco em patrulhamento ostensivo e inteligência em torno desses eixos de transporte, diferentemente da abordagem mais comunitária e preventiva, necessária em regiões como o Marajó.

Em relação aos homicídios, verifica-se uma distribuição mais difusa, com destaque para a Região do Xingu (n=52 ocorrências) e do Rio Capim (n=31). Altamira e Anapu configuram os dois principais focos de violência agrária da Região do Xingu, com histórico extensamente documentado (AMORIM; HERRERA; NEVES, 2020). Anapu insere-se em um contexto marcado por elevada incidência de homicídios, o que contribui para explicar o destaque dessa região na distribuição da violência letal observada. O estudo de Carvalho *et al.* (2026) revela que o município tem demandado atenção prioritária diante do número expressivo de mortes de trabalhadores rurais na última década, evidenciando que tais ocorrências estão menos associadas a conflitos interpessoais difusos e mais vinculadas a disputas estruturais por terra e poder.

Os crimes sexuais, especialmente o estupro de vulnerável, apresentam maior incidência no Marajó (n=46 casos), seguido pelo Baixo Amazonas (n=31) e Xingu (n=25), evidenciando um cenário de vulnerabilidade social acentuada em determinadas regiões. Particularmente na região do Marajó, Batista, Lima e Oliveira (2025) relatam que os casos de estupro de vulnerável e exploração sexual de crianças e adolescentes suscitaram grandes discussões jurídicas no campo da defesa dos direitos humanos e, apresenta diversos desafios socioeconômicos, os quais são inerentes à desigualdade social e à pobreza, refletindo em desafios à segurança pública para a proteção de direitos.

#### **4.3 Dimensão Territorial e o Desafio do Isolamento Geográfico**

A característica mais proeminente da Amazônia é a sua vasta extensão territorial, que impõe obstáculos severos à prestação de serviços de segurança pública. Guimarães, Palheta e Santos (2024) asseveram que a dimensão dos municípios paraenses e o conseqüente isolamento

das comunidades rurais em relação aos órgãos públicos resultam em limitada presença institucional. Esse cenário de "invisibilidade" é corroborado por Pereira (2024), que destaca como a baixa densidade populacional e o isolamento geográfico impõem desafios à investigação e ao registro de crimes.

Diferente de outras regiões do Brasil, a territorialidade na Amazônia é marcada por uma geografia que serve como rota estratégica para o tráfico internacional. Pereira (2024) traz evidências contundentes de que a Região Norte enfrenta uma escalada de violência devido à presença e competição de facções criminosas (como Comando Vermelho e PCC) que disputam áreas para o escoamento de drogas. Além disso, o autor menciona uma particularidade crucial: a interligação do narcotráfico com crimes ambientais, como grilagem de terras, garimpo clandestino e desmatamento, o que transforma o conflito rural em uma questão de segurança nacional e ambiental.

#### **4.4 Dimensão Operacional: Geotecnologias e Policiamento de Proximidade**

Frente ao desafio das distâncias, a dimensão operacional do policiamento na Amazônia tem convergido para o uso intensivo de geotecnologias. Guimarães, Palheta e Santos (2024) demonstram que, no estado do Pará, o georreferenciamento de propriedades rurais tem sido a ferramenta chave para superar limitações relacionadas ao endereçamento rural e identificar rotas de acesso precisas. A criação de bancos de dados com coordenadas geográficas permite que equipes como as do 2º Batalhão de Polícia Rural (PMPA) reduzam o tempo de resposta e planejem operações com base em evidências espaciais.

No entanto, a tecnologia isolada não é suficiente, há um consenso entre os autores de que o modelo de Policiamento Comunitário Rural é essencial. Ribeiro (2024) e Coblinski (2025) destacam que a operacionalidade depende do estreitamento de laços com os moradores por meio de visitas técnicas e canais de comunicação direta, como grupos de mensagens instantâneas. Especificamente no contexto de isolamento amazônico, Guimarães, Palheta e Santos (2024) explicam que essas reuniões comunitárias são fundamentais para que o Estado se torne "confiável" para populações historicamente localizadas em áreas de difícil acesso aos centros administrativos.

#### **4.5 Dimensão Institucional: Especialização e Cooperação Interagências**

Institucionalmente, a segurança rural na Amazônia demanda uma estrutura que ultrapasse o policiamento tradicional. Carvalho e Rezende (2025) argumentam que a solução para a

criminalidade no campo não reside apenas no atendimento de ocorrências, mas em uma atuação preventiva e especializada. Isso se reflete na criação de batalhões específicos, como o 1º e o 2º BPR no Pará, que possuem doutrina e treinamento voltados para a realidade não urbana.

Outro ponto de convergência institucional é a necessidade de cooperação. Aparecido e Silva (2025) defendem que as patrulhas rurais devem possuir capacitação para o atendimento de crimes ambientais, atuando em sinergia com órgãos de fiscalização. Na Amazônia, essa integração é vital, pois, como aponta Pereira (2024), a violência contra grupos vulneráveis (indígenas, quilombolas e ribeirinhos) está intrinsecamente ligada à exploração ilegal de recursos naturais. Portanto, o fortalecimento institucional passa pela formação de agentes que compreendam tanto a legislação penal quanto a ambiental e agrária.

## **5 Considerações Finais**

A análise dos dados de criminalidade rural no estado do Pará, referentes ao ano de 2025, permite afirmar que a violência no campo paraense não se configura como um fenômeno uniforme, aleatório ou meramente residual em relação à criminalidade urbana. Ao contrário, os padrões identificados evidenciam uma estrutura criminal com dinâmica própria, territorialmente diferenciada e passível de interpretação consistente à luz das principais abordagens da criminologia ambiental.

A predominância expressiva do furto em relação às demais tipologias delitivas corrobora o elevado poder explicativo da Teoria das Atividades Rotineiras, proposta por Cohen e Felson (1979), no contexto rural amazônico. A convergência entre alvos adequados, representados por propriedades dispersas, com limitações nos sistemas de segurança e presença de bens de valor, ofensores motivados por vulnerabilidades socioeconômicas estruturais e a recorrente ausência de guardiões capazes, cria condições objetivas para a reprodução sistemática desse tipo de delito.

Sob a perspectiva operacional, os achados desta pesquisa convergem para duas diretrizes estratégicas centrais. Em primeiro lugar, a especialização institucional, materializada na criação de unidades como os Batalhões de Polícia Rural e na adoção do policiamento comunitário rural, representa um avanço relevante, embora ainda condicionado à necessidade de contínuo aprimoramento da infraestrutura e tecnológica compatível com as dimensões territoriais amazônicas. E de forma secundária, destaca-se a importância da atuação integrada, especialmente em contextos que envolvem conflitos fundiários, crimes ambientais e proteção de grupos vulneráveis, exigindo articulação contínua com órgãos de diferentes esferas.

No que se refere às limitações, reconhece-se que os dados quantitativos analisados não esgotam a complexidade do fenômeno da criminalidade rural no Pará, seja em razão da subnotificação, particularmente acentuada em crimes sexuais e violência doméstica em áreas de difícil acesso, seja pela limitação dos registros em diferenciar motivações específicas, como nos casos de homicídios relacionados a conflitos agrários. Nesse sentido, aponta-se como agenda futura a necessidade de estudos qualitativos com recorte territorial mais aprofundado, especialmente em municípios situados nas regiões com maior incidência de violência letal, a fim de ampliar a compreensão das dinâmicas locais e subsidiar políticas de segurança pública mais eficazes.

## Referências

AMORIM, Edilane Bezerra; HERRERA, José Antônio; NEVES, Italla Cristina. TERRITÓRIO E CONFLITO NA AMAZÔNIA: interpretações geográficas dos conflitos pela terra em Anapu, Pará. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, v. 15, n. 37, p. 223-248, 2020.

APARECIDO, Anderson Luís; SILVA, Felipe Ferreira da. **Capacitação da Patrulha Rural 4.0 no atendimento a crimes ambientais**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), São Paulo, v. 11, n. 9, set. 2025.

BARBOSA, Jonismar Alves; MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Impactos Socioambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém-PA e a crise dos instrumentos de governança ambiental. **Revista Jurídica da FA7**, v. 14, n. 1, p. 73-87, 2017.

BATISTA, Rafael Júnior Antunes; LIMA, Rogério Gonçalves; OLIVEIRA, Lucivânia Chaves Dias de. A exploração e abuso sexual de crianças e jovens na ilha do Marajó/PA. **Revista Raízes no Direito**, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2025.

BERNASCO, Wim; KOOISTRA, Thessa. Effects of residential history on commercial robbers' crime location choices. **European Journal of Criminology**, v. 7, n. 4, p. 251-265, 2010.

BRANTINGHAM, Patricia L.; BRANTINGHAM, Paul J. Environment, routine, and situation: Toward a pattern theory of crime. In: CLARKE, Ronald V. (org.). **Routine activity and rational choice**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1993.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; PESSOA, Vanira Matos; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. **Campo, floresta e águas: práticas e saberes em saúde**. Editora UnB, 2017.

CARVALHO, Ana Maria Magalhães de; SILVA, Emmanuelle Pantoja; KALUME, Sabrina Mamede Napoleão; BRAGA, Arthur do Rosário; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Disputa pela posse da terra na Amazônia: os indicadores da violência em Anapú no Pará. **Revista DCS**, [S. l.], v. 23, n. 87, p. e4300, 2026. DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4300.

CARVALHO, Tamires Ramos de; REZENDE, Gabriel Silva. Policiamento rural: conceito e perspectivas da garantia da segurança pública. In: CARVALHO, T. R.; REZENDE, G. S. (org.). **Direito e Sociedade: análises contemporâneas**. [S. l.: s. n.], 2025. p. 7-17.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.

CHAMARD, Sharon. Routine Activity Theory. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**, p. 13, 2007.

CLARKE, Ronald V.; CORNISH, Derek B. Modeling offenders' decisions: a framework for research and policy. **Crime and Justice**, Chicago, v. 6, p. 147-185, 1985.

COBLINSKI, Diego Rhuliano. **Patrulha Rural Comunitária da Polícia Militar do Paraná: estratégias para identificação e atendimento das vítimas de violência doméstica na região de Guarapuava**. Revista Acadêmica Online, v. 11, n. 55, fev. 2025.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, p. 588-608, 1979.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil 2025. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc/CPT). Brasília: CPT, 2026. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2026/04/27/dados2025-conflitosnocampo/>. Acesso em: 28 abr. 2026.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Estudo sobre criminalidade no campo**. Instituto CNA / Observatório da Criminalidade no Campo. Brasília: CNA, 2018. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/estudos/estudo-sobre-criminalidade-nocampo>. Acesso em: 28 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Isolamento geográfico amplia vulnerabilidades que caracterizam as ilhas do Marajó**. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/isolamento-geografico-amplia-vulnerabilidades-que-caracterizam-as-ilhas-de-marajo/>. Acesso em: 28 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **CNMP e MPPA se unem para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes no Arquipélago de Marajó**. Brasília: CNMP, 2025. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/18700>. Acesso em: 28 abr. 2026.

COSTA, Leon Denis. Policiamento rural: patrulhas rurais comunitárias. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 9, n. 2, 2016.

COUPE, Timothy; BLAKE, Laurence. Daylight and darkness targeting strategies and the risks of being seen at residential burglaries. **Criminology**, v. 44, n. 2, p. 431-464, 2006.

ECK, John; WEISBURD, David L. Crime places in crime theory. **Crime and place: Crime prevention studies**, v. 4, 2015.

FILHO, Francisco Túlio Studart de Castro; FROTA, Francisco Horácio da Silva. Influência da desorganização social na criminalidade e o papel do policiamento comunitário. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 13, n. 31, p. 118-149, 2023.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Boletim Agropecuário Pará 2024**. Belém: FAPESPA, 2024.

GUIMARÃES, Augusto Cezar Silva; PALHETA, João Márcio; SANTOS, Leonardo Sousa dos. **Georreferenciamento como ferramenta para o policiamento rural**. *Revista Delos: Desarrollo Local Sostenible*, v. 17, n. 56, 2024.

HOLLIS, Meghan E.; FELSON, Marcus; WELSH, Brandon C. The capable guardian in routine activities theory: A theoretical and conceptual reappraisal. **Crime Prevention and Community Safety**, v. 15, n. 1, p. 65-79, 2013.

HOLLIS-PEEL, Meghan E. *et al.* Guardianship for crime prevention: A critical review of the literature. **Crime, law and social change**, v. 56, n. 1, p. 53-70, 2011.

LOPES, Adiele Nataly Alves. Violência Sexual contra Crianças no Interior do Pará: estudo nos municípios de Capanema e São João de Pirabas. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, v. 2, n. 24, p. 173-190, 2023.

MENTING, Barbara *et al.* Family matters: effects of family members' residential areas on crime location choice. **Criminology**, v. 54, n. 3, p. 413-433, 2016.

OLEJNÍKOVÁ, Lenka *et al.* Co-Occurrence of Child Sexual Abuse and Domestic Violence: A Scoping Review. **Trauma, Violence, & Abuse**, p. 15248380251383928, 2025.

PARÁ. **Decreto nº 2.146, de 27 de janeiro de 2022**. Inclui o Município de Mojuí dos Campos na Região de Integração do Baixo Amazonas e altera o Anexo Único do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, 27 jan. 2022.

PAULO, Daniela *et al.* Physical space characteristics and official statistics of crime in the Historic Centre of Porto, Portugal: The crucial role played by Crime Prevention Through Environmental Design. **Crime Prevention and Community Safety**, v. 26, n. 1, p. 91-111, 2024.

PEREIRA, MARCOS SEVERIANO. Criminalidade nas áreas rurais: desafios e soluções. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 45-68, 2024.

POGERE, R. J. B.; OLIVEIRA, E. M. B.; PANSSONATTO, M. S. P. A Padronização no Emprego das Patrulhas Rurais Como Elemento Estratégico para a Tomada de Decisão: Uma Análise a Partir da Implementação do Programa de Segurança Rural em Rondônia. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 32, p. 1-25, 2026. ISSN: 2965-6672.

RIBEIRO, Anderson Luis dos Reis. Patrulha rural comunitária: atuações da Polícia Militar do Paraná em áreas rurais e a percepção de segurança de agricultores na região noroeste do Paraná. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 6, p. e565345, 2024.

SAMPSON, Rana; ECK, John E.; DUNHAM, Jessica. Super controllers and crime prevention: A routine activity explanation of crime prevention success and failure. **Security Journal**, v. 23, n. 1, p. 37-51, 2010.

SANTOS, Rodrigo Bandeira dos. **Patrulha Rural no contexto do combate aos crimes violentos contra o patrimônio**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)*, São Paulo, v. 10, n. 08, ago. 2024.

SAXENA, Amulya; SINHA, Adwitiya; SAXENA, Bhawna. Prediction of Crime Trends and Dynamics with Geospatial and Network-based Analysis. In: **2025 Seventeenth International Conference on Contemporary Computing (IC3)**. IEEE, 2025. p. 1-6.

STOCHERO, Luciane; PINTO, Liana Wernersbach. Caracterização das notificações de violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais no Brasil, de 2011 a 2020. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, p. e240059, 2024.

SUMARIVA, Paulo. **Criminologia-Teoria e Prática**. Editora Foco, 2023.

VIANA, Eduardo. **Criminologia**. Salvador: Juspodivm, 2018.

WEISBURD, David; MORRIS, Nancy A.; GROFF, Elizabeth R. Hot spots of juvenile crime: A longitudinal study of arrest incidents at street segments in Seattle, Washington. **Journal of quantitative criminology**, v. 25, n. 4, p. 443-467, 2009.